



TAPURAH

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.706/2025

De 18 de Junho de 2025.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ALVARO GALVAN**, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE TAPURAH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 49.519.191/0001-91, estabelecida na Avenida Tocantins, nº 504, na cidade de Tapurah/MT, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que poderão ser desembolsados em até 02 (duas) parcelas anuais, para fins de repasse de recursos financeiros destinados ao fomento de propostas para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros previstos no *caput* deste artigo deverão ser utilizados única e exclusivamente para os fins previstos desta Lei, e em estrita conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela Associação, qual seja, aquisição de equipamentos e materiais necessários para a realização das aulas. Ajuda de custo para realização de eventos, premiações, despesas oriundas da participação em campeonatos, tais como: transporte, alimentação, hospedagem dos alunos e professores e demais ações voltadas a este fim.

Art. 2º As despesas de repasse à entidade para a finalidade de que trata o Artigo 1º desta Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentaria: Órgão: Secretaria Municipal de Esporte e Turismo: 10.001.27.812.0214.20028.3350430000.150000000000, prevista na rubrica orçamentaria determinada para o ano vigente.

Art. 3º. O encaminhamento das prestações de contas, relativas a destinação dos



TAPURAH

PREFEITURA

recursos deverão ser realizadas pela Associação, ao Departamento de Convênios até 10 de dezembro de 2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Ordinária 1.654/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao décimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

ALVARO

GALVAN:014977
85979

Assinado de forma digital
por ALVARO
GALVAN:01497785979
Dados: 2025.06.18 16:34:57
-04'00'

ALVARO GALVAN
Prefeito Municipal

Ano 14 N° 3638

Divulgação segunda-feira, 23 de junho de 2025

Página 257

Publicação terça-feira, 24 de junho de 2025

Escavadeira Hidráulica (PC)	13 x UFT + C x 23
Moto Niveladora	13 x UFT + C x 23
Pá Carregadeira	12 x UFT + C x 23
Retroescavadeira hidráulica	8 x UFT + C x 6
Trator Agrícola com Plaina Frontal com concha larga sem implemento	8 x UFT + C x 6
Trator Agrícola traçado com implementos	8 x UFT + C x 6
Trator Agrícola com Plaina Frontal com concha larga com implemento	12 x UFT + C x 8

Cálculo do Valor do Preço Público

UFT - Unidade Fiscal de Tapurah

C - Valor do Combustível[1]

A fórmula de cálculo do Preço Público a ser cobrado considera o consumo médio do veículo ou máquina por quilometro ou hora máquina, levando em consideração o preço do combustível pago pelo município no ato do recolhimento da DAM, bem como demais custos de manutenção do veículo, não está previsto no cálculo o custo do profissional que conduzirá os veículos/máquinas como: salário hora; hora extra; diárias; adiantamento; ou plantões. A fórmula visa custear o custo mínimo combustível e manutenção dos veículos e maquinários de acordo com a variação do combustível, podendo ainda ser concedido descontos como forma de incentivo de até 55%.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao décimo sétimo dia do mês de junho de 2025.

Cleomar Eterno de Campos

Presidente

LEI ORDINÁRIA N° 1.706/2025

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor ALVARO GALVAN, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE TAPURAH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 49.519.191/0001-91, estabelecida na Avenida Tocantins, nº 504, na cidade de Tapurah/MT, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que poderão ser desembolsados em até 02 (duas) parcelas anuais, para fins de repasse de recursos financeiros destinados ao fomento de propostas para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros previstos no caput deste artigo deverão ser utilizados única e exclusivamente para os fins previstos desta Lei, e em estrita conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela Associação, qual seja, aquisição de equipamentos e materiais necessários para a realização das aulas. Ajuda de custo para realização de eventos, premiações, despesas oriundas da participação em campeonatos, tais como: transporte, alimentação, hospedagem dos alunos e professores e demais ações voltadas a este fim.

Art. 2º As despesas de repasse à entidade para a finalidade de que trata o Artigo 1º desta Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentária: Órgão: Secretaria Municipal de Esporte e Turismo: 10.001.27.812.0214.20028.3350430000.150000000000, prevista na rubrica orçamentária determinada para o ano vigente.

Ano 14 N° 3638

Divulgação segunda-feira, 23 de junho de 2025

Página 258

Publicação terça-feira, 24 de junho de 2025

Art. 3º. O encaminhamento das prestações de contas, relativas a destinação dos recursos deverão ser realizadas pela Associação, ao Departamento de Convênios até 10 de dezembro de 2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Ordinária 1.654/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao décimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

ALVARO GALVAN

Prefeito Municipal

PORTARIA

PORTARIA Nº 09/2025/COR/PMT

"DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2/2025."

O Corregedor Municipal de Tapurah-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 165-A e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 15/2009, bem como pelos artigos 34 e seguintes da Lei Ordinária Municipal nº 1.546/2023;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Municipal tomou conhecimento de supostas irregularidades praticadas no bojo do contrato administrativo nº 103/2024;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Municipal tem o dever de promover a apuração de eventuais descumprimentos contratuais perpetrados pelas pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens ao Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que tanto a apuração de faltas processuais quanto a imposição das sanções que lhe são correlatas necessariamente devem ser levadas a efeito mediante regular instauração de processo administrativo, consoante os artigos 86, §1º da Lei Ordinária Nacional 8.666/93 e 40 e seguintes da Lei Ordinária Municipal 1.546/2023;

CONSIDERANDO que é dever da Administração atuar efetivamente no combate às irregularidades que ferem ou põem em risco o interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade inarredável de respeito aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, consagrados no artigo 5º, LV, da Constituição Federal e asseverados no artigo 88, § 2º da Lei Nacional 8.666/93.

R E S O L V E

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo 2/2025, com fulcro nos artigos 86, §1º da Lei Ordinária Nacional 8.666/93 e 34 e seguintes da Lei Ordinária Municipal nº 1.546/2023, em desfavor da Sociedade Empresária Sigmetal Industria e Equipamentos e Aço, inscrita no CNPJ sob o nº ***-***-0001-**-**.

Art. 2º. A instauração do presente processo administrativo tem por base os documentos encaminhados à Corregedoria, indicativos de autoria e materialidade de infração consistente no descumprimento do prazo de execução das obrigações constantes do Contrato Administrativo 103/2024 por parte da contratada.

Art. 3º. O presente processo administrativo será conduzido pela Corregedoria Municipal, tanto na pessoa do Corregedor, que a preside, quanto na pessoa dos membros que a integram, nomeados pela Portaria nº 208 de fevereiro de 2025, conforme preconiza o §1º do art. 165-B da Lei Complementar nº 15/2009.

Art. 4º. Os membros da Corregedoria Municipal poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública Municipal, para cumprimento de diligências necessárias à instrução deste processo.

Art. 6º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Tapurah-MT, 18 de Junho de 2025.

José Romão

Corregedor Municipal

PORTARIA Nº 417/2025/GP/PMT

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. ALVARO GALVAN, Prefeito do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º. EXONERAR, a partir do dia 16/06/2025, a servidora Pública Municipal Sra. ELOISE VERA DE LOYOLA, inscrita no CPF nº ***-***-251** do cargo em Comissão de ENCARGADO, lotada na Educação e Cultura do Município de Tapurah.

Art. 2º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

Registre-se.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

AUTOGRAFO DE LEI Nº 61/2025

De 17 de Junho de 2025.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR
TERMO DE CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO DE
ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE
TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **CLEOMAR ETERNO DE CAMPOS**, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara aprovou o seguinte **Projeto de Lei Ordinária**:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE TAPURAH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 49.519.191/0001-91, estabelecida na Avenida Tocantins, nº 504, na cidade de Tapurah/MT, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que poderão ser desembolsados em até 02 (duas) parcelas anuais, para fins de repasse de recursos financeiros destinados ao fomento de propostas para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros previstos no *caput* deste artigo deverão ser utilizados única e exclusivamente para os fins previstos desta Lei, e em estrita conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela Associação, qual seja, aquisição de equipamentos e materiais necessários para a realização das aulas. Ajuda de custo para realização de eventos, premiações, despesas oriundas da participação em campeonatos, tais como: transporte, alimentação, hospedagem dos alunos e professores e demais ações voltadas a este fim.

Art. 2º As despesas de repasse à entidade para a finalidade de que trata o Artigo 1º desta Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentaria: Órgão: Secretaria Municipal de Esporte e Turismo: 10.001.27.812.0214.20028.3350430000.150000000000, prevista na rubrica orçamentaria determinada para o ano vigente.

Art. 3º. O encaminhamento das prestações de contas, relativas a destinação dos



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

recursos deverão ser realizadas pela Associação, ao Departamento de Convênios até 10 de dezembro de 2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Ordinária 1.654/2024.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao décimo sétimo dia do mês de junho de 2025.

CLEOMAR
ETERNO DE
CAMPOS:858
17767104

Assinado de forma
digital por CLEOMAR
ETERNO DE
CAMPOS:85817767104
Dados: 2025.06.17
10:39:19 -03'00'

Cleomar Eterno de Campos
Presidente



TAPURAH

PREFEITURA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 32/2025 DE 28 DE MAIO DE 2025.

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 334/2025
Data: 28/05/2025 - Horário: 16:41
Legislativo - PLO 32/2025

À Comissão de *Justiça e Redação*
e Finanças e Orçamento

Para emitir parecer

Em 02 / 06 / 25

[Assinatura]
Presidente

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, propõe a edição da seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE TAPURAH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 49.519.191/0001-91, estabelecida na Avenida Tocantins, nº 504, na cidade de Tapurah/MT, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que poderão ser desembolsados em até 02 (duas) parcelas anuais, para fins de repasse de recursos financeiros destinados ao fomento de propostas para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros previstos no *caput* deste artigo deverão ser utilizados única e exclusivamente para os fins previstos desta Lei, e em estrita conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela Associação, qual seja, aquisição de equipamentos materiais necessários para a realização das aulas. Ajuda de custo para realização de eventos, premiações, despesas oriundas da participação em campeonatos, tais como: transporte, alimentação, hospedagem dos alunos e professores e demais ações voltadas a este fim.

Art. 2º As despesas de repasse à entidade para a finalidade de que trata o Artigo 1º desta Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentaria: Órgão: Secretaria Municipal de Esporte e Turismo: 10.001.27.812.0214.20028.3350430000.150000000000, prevista na rubrica orçamentaria determinada para o ano vigente.

Art. 3º. O encaminhamento das prestações de contas, relativas a destinação dos recursos deverão ser realizadas pela Associação, ao Departamento de Convênios até 10 de dezembro de 2025.



TAPURAH

PREFEITURA

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Ordinária 1.654/2024.

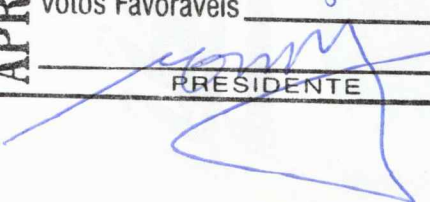
Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao vigéssimo oitavo dia primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

ALVARO
GALVAN:0149
7785979

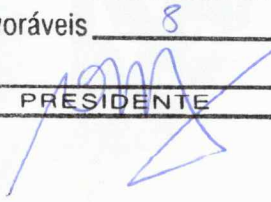
Assinado de forma
digital por ALVARO
GALVAN:01497785979
Dados: 2025.05.28
10:12:40 -04'00'

Alvaro Galvan
Prefeito Municipal

Primeira Sessão

APROVADO	Por	<u>Unanimidade</u>
	Em Sessão de	<u>09 / 06 / 20 25</u>
	Votos Contrários	<u>0</u>
	Votos Favoráveis	<u>8</u>
 PRESIDENTE		

Segunda Sessão

APROVADO	Por	<u>Unanimidade</u>
	Em Sessão de	<u>12 / 06 / 20 25</u>
	Votos Contrários	<u>0</u>
	Votos Favoráveis	<u>8</u>
 PRESIDENTE		



TAPURAH

PREFEITURA

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 333/2025
Data: 28/05/2025 - Horário: 16:29
Administrativo - OFADM 40/2025

OFÍCIO N°. 40/2025/JUR/PMT

Tapurah, 28 de maio de 2025.

Exmo. Sr.

Cleomar Eterno de Campos

Presidente da Câmara Municipal

Vimos à presença de Vossa Excelência, e dos Dignos Vereadores que compõem esta Egrégia Casa de Leis, utilizando-se das prerrogativas concedidas pela Lei Orgânica do Município vem **SOLICITAR** a inclusão dos projetos de lei abaixo, solicitamos que o PLO n. 32/2025 siga com os trâmites normais de votação e o PLO n. 33/2025 seja incluída em pauta na próxima sessão legislativa em tramites de **VOTAÇÃO ÚNICA**, qual sejam:

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 32/2025: “Autoriza o executivo municipal a firmar termo de convênio com associação de artes marciais, esporte e cultura de Tapurah e dá outras providências.”

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 33/2025: “Ratifica a participação do Município e autoriza o Poder Executivo Municipal firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Alto Teles Pires e dá outras providências.”

Certos de contarmos com o valoroso apoio de Vossa Excelência, reiteramos votos de estima e apreço.

BRENNO FERREIRA
DA
SILVA:02323264109

Digitally signed by BRENNO FERREIRA DA
SILVA:02323264109
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=AC
SERASA RFB, ou=03208618000130,
ou=PRESENCIAL, cn=BRENNO FERREIRA DA
SILVA:02323264109
Date: 2025.05.28 15:05:48 -04'00'

BRENNO FERREIRA DA SILVA
Procurador Jurídico



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei nº 32/2025 – Autoriza o Executivo Municipal a Firmar Termo de Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE TAPURAH e dá outras providências.

1

Tratam-se do Projeto de Lei nº 32/2024, no qual visa autorizar o Poder Executivo Municipal a firmar termo de convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA, associação privada, sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº 49.519.191/0001-91, estabelecida na Avenida Tocantins, nº 504 – Tapurah-MT.

O Termo de Convênio visa o repasse no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que serão desembolsados em até 02 (duas) parcelas destinados ao incentivo da prática esportiva no município, visando o interesse público de acordo com Plano de Trabalho.

É o breve relatório.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município consoante regra de Competência dos Municípios prevista no artigo 30, inciso I Constituição Federal e Art. 9º, incisos I e III da Lei Orgânica do Município.

Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Lei Orgânica

Art. 9º. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentro outras as seguintes atribuições:

I - legislar sobre o assunto de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

A Lei Orgânica ainda prevê que compete a câmara autorizar convênios em entidades públicas nos termos do art. 30, inciso XIII e parágrafo único do art. 30, inciso X:

Art. 30. Compete à Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

(...)

XIII – autorizar convênios em entidades públicas ou particulares e consórcio com outros Municípios;

(...)

Parágrafo único. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras

(...)

X – aprovar convênios, acordos ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, o Estado ou pessoa jurídica de direito público interno ou entidades assistenciais e culturais;

Pois bem o Projeto de Lei nº 32/2025, visa autorizar o Poder Executivo Municipal a firmar termo de convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA, associação privada, sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº 49.519.191/0001-91, estabelecida na Avenida Tocantins, nº 504 – Tapurah-MT.

O Termo de Convênio visa o repasse no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil mil reais) que serão desembolsados em até 02 (duas) parcelas para fins de repasse de recursos financeiros destinados ao incentivo da prática esportiva no município, visando aquisição de equipamentos e materiais necessários para a realização das aulas, ajuda de custo para a realização de eventos, premiações, despesas oriundas da participação em campeonatos, tais como: transporte, alimentação, hospedagem dos alunos e professores e demais ações voltadas a este fim de acordo com Plano de Trabalho.

O art. 4º prevê a revogação da Lei 16.654/2024 que previa repasse no valor de R\$ 120.000,00 a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA.

Os arts. 17, 30 e 31 da Lei 13.019/2014 estabelecem regras quanto assinatura de termo de fomento e hipóteses de dispensa e inexigibilidade de chamamento público nesses termos:



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

(...)

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - (VETADO).

V - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

No presente caso o art. 31, inciso II da Lei 13.019/2014 prevê a dispensa de chamamento público, no entanto estabelece a necessidade de autorização legislativa

O Projeto de Lei 32/2025 no art. 1º prevê os objetivos do termo de convênio e o art. 2º prevê a dotação e o art. 3º prevê o para a prestação de contas e o art. 4º prevê revogação da Lei 1.654/2024 com o referido convênio como podemos observar:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA DE TAPURAH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 49.519.191/0001-91, estabelecida na Avenida Tocantins, nº 504, na cidade de Tapurah/MT, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que poderão ser



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

desembolsados em até 02 (duas) parcelas anuais, para fins de repasse de recursos financeiros destinados ao fomento de propostas para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros previstos no *caput* deste artigo deverão ser utilizados única e exclusivamente para os fins previstos desta Lei, e em estrita conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela Associação, qual seja, aquisição de equipamentos materiais necessários para a realização das aulas. Ajuda de custo para realização de eventos, premiações, despesas oriundas da participação em campeonatos, tais como: transporte, alimentação, hospedagem dos alunos e professores e demais ações voltadas a este fim.

Art. 2º As despesas de repasse à entidade para a finalidade de que trata o Artigo 1º desta Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentaria: Órgão: Secretaria Municipal de Esporte e Turismo: 10.001.27.812.0214.20028.3350430000.150000000000, prevista na rubrica orçamentaria determinada para o ano vigente.

Art. 3º. O encaminhamento das prestações de contas, relativas a destinação dos recursos deverão ser realizadas pela Associação, ao Departamento de Convênios até 10 de dezembro de 2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Ordinária 1.654/2024.

Deve-se verificar se o projeto de lei para autorizar o município a realizar termo de convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS, ESPORTE E CULTURA atende a Lei Orgânica e a Lei Federal 13.019/2014 que estabelece regras para chamamento público com a finalidade de assinatura de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organizações da sociedade civil.

O termo de colaboração, cooperação ou fomento deverá seguir plano de trabalho disposto em chamamento público para que de acordo com a execução da parceria possa ser feitos as transferências financeiras e posterior prestação de contas quanto a execução do plano de trabalho.

No presente caso o termo de convênio com associação sem fins lucrativos **tem como objeto plano de trabalho para atingir interesse público** destinados ao incentivo da prática esportiva no município de acordo com plano de trabalho a ser apresentado, sendo dispensado no presente caso a realização de chamamento público nos termos do art. 31, inciso II da Lei 13.019/2014.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Diante de todo exposto, do ponto de vista legal, o presente Projeto de Lei está de acordo com a legislação infraconstitucional e da Constituição Federal, **assim entendendo pela viabilidade técnica do Projeto de Lei com ressalvas.**

5

No que se refere ao mérito do referido Projeto não cabe este Procurador se pronunciar, uma vez que caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade e necessidade de aprovação, devendo ser respeitada para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o Parecer, S.M.J.

Tapurah-MT, 29 de maio de 2025.

TANCREDO VARGAS
SARAIVA DE
ARAÚJO

Assinado de forma digital por
TANCREDO VARGAS SARAIVA DE
ARAÚJO
Dados: 2025.05.29 17:13:22 -03'00'

TANCREDO VARGAS SARAIVA DE ARAÚJO

Procurador Jurídico
Portaria 09/2016 – OAB/MT 18697



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ASSUNTO: Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025, que autoriza o executivo municipal a firmar termo de convênio com associação de artes marciais, esporte e cultura de Tapurah e dá outras providências.

RELATOR: Daise Martins

RELATÓRIO: A Comissão de Justiça e Redação entra em plenário com o Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025, solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

EXAME DA MATÉRIA

- 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;
- 2 - LEGALIDADE:** O Projeto atende a todos os aspectos legais;
- 3 - REGIMENTALIDADE:** O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;
- 4 - VOTO:** 2 votos favoráveis
- 5-CONCLUSÃO:** A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** ao Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 05 dias do mês de Junho de 2025.


Daise Martins
Presidente


Juliano Antunes
Secretário


Aelton Antônio Figueiredo
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

ATA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao quinto dia de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, situado à Avenida Paraná, 1.725, às dezessete horas e trinta minutos reuniu-se esta para **emitir parecer** aos Projetos: **Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025**, que autoriza o executivo municipal a firmar termo de convênio com associação de artes marciais, esporte e cultura de Tapurah e dá outras providências; **Projeto De Lei Ordinária Nº 34/2025**, que autoriza o executivo municipal a abrir crédito adicional especial e dá outras providências; **Projeto De Lei Ordinária Nº 35/2025**, que Dispõe sobre a prorrogação do Plano Municipal de Educação, aprovado pela lei n. 1.072/2015 e dá outras providências; **Projeto De Lei Ordinária Nº 36/2025**, que altera a lei ordinária 1.345/2020 e dá outras providências e **Projeto De Lei Complementar Nº 19/2025**, que concede reajuste salarial aos servidores públicos municipal lotados em cargos efetivos e dá outras providências. A Presidente Daise Martins como relatora presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (2) dois votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** aos Projetos: **Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025, 34/2025, 35/2025, 36/2025 e Projeto De Lei Complementar Nº 19/2025.** **6 - PRESENÇA:** Juliano Antunes, Luiz Augusto Sette, Paulo Ricardo, Cleomar Eterno de Campos, e Daniela Zottis. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.

Daise Martins
Presidente

Juliano Antunes
Secretário

Aelton Antônio Figueiredo
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ASSUNTO: Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025, que autoriza o executivo municipal a firmar termo de convênio com associação de artes marciais, esporte e cultura de Tapurah e dá outras providências.

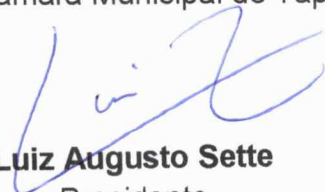
RELATOR: Luiz Augusto Sette

RELATÓRIO: A Comissão de Finanças e Orçamento entra em plenário com o Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025, solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

VOTO: 3 votos favoráveis.

CONCLUSÃO: A Comissão Finanças e Orçamento emite parecer favorável ao Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 05 dias do mês de junho de 2.025.


Luiz Augusto Sette
Presidente


Daniele de Lima Zottis
Secretária


Paulo Ricardo B. Alves
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

ATA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Ao quinto dia de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, situado à Avenida Paraná, 1.725, às dezessete horas e trinta minutos reuniu-se esta para emitir parecer ao projeto: **Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025**, que autoriza o executivo municipal a firmar termo de convênio com associação de artes marciais, esporte e cultura de Tapurah e dá outras providências; **Projeto De Lei Ordinária Nº 34/2025**, que autoriza o executivo municipal a abrir credito adicional especial e dá outras providências; **Projeto De Lei Ordinária Nº 36/2025**, que altera a lei ordinária 1.345/2020 e dá outras providências e **Projeto De Lei Complementar Nº 19/2025**, que concede reajuste salarial aos servidores públicos municipal lotados em cargos efetivos e dá outras providências. O Presidente Luiz Augusto Sette, como relator e presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (3) três votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Finanças e Orçamento emite parecer favorável aos Projetos: **Projeto De Lei Ordinária Nº 32/2025, 34/2025, 36/2025 e Projeto De Lei Complementar Nº 19/2025.** **6 – PRESENÇA:** Luiz Augusto Sette, Juliano Antunes, Paulo Ricardo, Aelton Figueiredo, Cleomar Eterno de Campos e Daniela Zottis. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.


Luiz Augusto Sette
Presidente


Daniele de Lima Zottis
Secretária


Paulo Ricardo B. Alves
Membro